

## Reforma, opção pelo privado?



Paulo Rizzo (à esquerda), na posse da SEDUFSM: críticas duras ao governo

Para a diretoria do ANDES-SN, o conteúdo do projeto governamental de reforma do ensino superior confirma a opção “duradoura e amadurecida pelo fornecimento privado da educação superior e por sua mercantilização”. Diz o texto divulgado no dia 20 de junho, que o projeto é congruente com as medidas até agora encaminhadas pelo MEC no governo Lula que “robusteceram o ensino privado em detrimento da educação pública.” Conforme o Sindicato, medidas adotadas como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/Exame Nacional de Avaliação de Desempenho, o PROUNI e a educação a distância (EAD) fizeram avançar “a mercantilização da educação nas instituições públicas” que contaram ainda com institucionalização das fundações privadas ditas de apoio nas IFES e com a lei de Inovação Tecnológica.

Analisa ainda o texto que “é possível afirmar que o

projeto encerra um ciclo de contra-reformas que naturaliza a irresponsável tendência de privatização e mercantilização da educação brasileira: 88% das instituições de ensino superior brasileiras são privadas, 75% delas são particulares: leia-se, explicitamente com fins lucrativos, restringindo drasticamente as vagas públicas.”

O projeto se caracteriza também pela crueza do atrelamento da educação superior aos interesses mercantis. Para garantir a solidez de sua política, o governo coloca na lei que as áreas de política industrial e de comércio exterior receberão incentivos prioritários! (Art. 6º). O setor privado é protegido por um cinturão que confere todas as garantias jurídicas de que o Estado não irá se imiscuir nos negócios educacionais, afinal concebido, no presente projeto, como uma relação entre vendedores e compradores de serviços educacionais.

## Retrocesso na democracia interna

O ANDES-SN também avalia como “um violento retrocesso o que ocorre com a escolha de dirigentes das universidades federais”. Diz a análise que “na melhor tradição autoritária do governo empresarial-militar, temos a confirmação das famigeradas listas tríplexes para livre escolha presidencial, uma excrescência já tida como superada pela comunidade acadêmica.” Para o Sindicato, “a outra face do mesmo retrocesso é a definição da sistemática de financiamento: a subvinculação de 75% dos 18% da receita líquida de impostos, na melhor das hipóteses, irá congelar os recursos nos patamares atuais.” Indicadores do TCU sobre o orçamento de 2005 confirmam que hoje essa sub-vinculação daria algo como R\$ 7,2 bilhões. Contudo, o orçamento executado deste ano foi de cerca de R\$ 8 bilhões (cerca de 20% inferior ao de 2002, o último ano do trágico período Cardoso).

Assim, mesmo com o pagamento dos aposentados e pensionistas por verbas do Tesouro, se teria, com sorte, o mesmo desastroso e destrutivo orçamento de 2002. E isso por um prazo de 10 anos, findos os quais haveria uma nova sistemática de financiamento, algo semelhante à Proposta de Emenda Constitucional nº 370/96 de Cardoso que, coincidentemente, também previa um prazo de 10 anos para que as universidades pudessem caminhar com os próprios pés. O peso do passado e das condicionalidades do Banco Mundial continuam oprimindo o cérebro dos operadores da gerência Lula da Silva. Somente esse quadro já seria suficiente para configurar que o projeto é anti-universidade pública. Mas outros indicadores podem ser apontados: não há mais a possibilidade de contabilização de recursos excedentes de um ano para outro como não há mais a previsão de repasse dos recursos por duodécimos, entre outros.

Finalmente, a meta de expansão. A meta de expansão de vagas nas instituições públicas de modo que estas pudessem ter um número de vagas correspondente a 40% do total, um índice medíocre, considerando que a meta estaria planejada para ser alcançada em dez anos, simplesmente desapareceu. Ao menos, as contradições estão abertas e os objetivos governamentais estão dolorosamente explícitos. O debate crítico e a elaboração de projetos de fato alternativos, capazes de impor severo controle social sobre as instituições privadas, de assegurar verbas públicas condizentes com a relevância social das instituições públicas de ensino superior, de garantir o princípio da gestão democrática, a exemplo do que fez o ANDES-SN, são gestos que precisam ser capilarizados no cotidiano das instituições públicas e privadas de ensino superior. (Resumo da análise feita pelo ANDES-SN, que está disponível na íntegra em [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br))

## ELES DISSERAM

**“Não sou político, não tenho amor ao cargo. Considero minha missão cumprida.”** (Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, ao deixar o cargo na Zero Hora de 29 de junho de 2006)

**“Não há risco de as MPs (de reajuste dos servidores) não serem editadas. O governo tem uma posição sobre isso.”** (Ministro Tarso Genro, contrapondo o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na Zero Hora de 29 de junho de 2006)

**“É aumento geral, revisão geral. A pergunta que se faz é: por que só agora, no período crítico das eleições?”** (Marco Aurélio Mello, presidente do TSE, na Zero Hora de 29 de junho de 2006).



**Marli Hatje, 39 anos, professora e coordenadora do curso de Educação Física-Bacharelado.** Pesquisa a copa do mundo desde 1994 e em sua tese de doutorado analisou os valores e características presentes na Copa de 1998.

“Temos que analisar o futebol sob dois aspectos, como uma modalidade esportiva e coletiva, que tem os seus princípios e os seus benefícios, e também sob o aspecto do fenômeno cultural e social. Enquanto uma modalidade

esportiva eu diria que ele não é o ópio do povo, viria em benefício da qualidade de vida, por uma saúde melhor. Já o futebol enquanto fenômeno cultural e social exige uma leitura mais aprofundada e, talvez nesse aspecto, entre a questão de ser ou não o ópio. Particularmente eu acredito que o futebol, mesmo em época de copa do mundo, não apaga da nossa memória os problemas que temos na área política, social, econômica e policial, com o aumento da violência, mas, ao mesmo tempo, também penso que o futebol nos influencia enquanto um fenômeno cultural e social. Porém, ele nos influencia porque por trás do futebol estão os meios de comunicação, antes do futebol, quem nos influencia é a mídia. Ela influencia o nosso comportamento e usa o futebol. Os meios de comunicação promovem espetáculos esportivos e não só a copa do mundo. No ano que vem vamos ter o Pan-Americano e a cobertura vai mudar em função das modalidades esportivas, mas a motivação que o espetáculo, que os meios criam, são as mesmas. Os meios de comunicação usam três aspectos fundamentais que é o uso da linguagem bélica, a militar ou a guerreira para promover o espetáculo, a linguagem emotiva e usam a questão da rivalidade. São esses três ingredientes que fazem o espetáculo e são os grandes responsáveis pela questão do futebol como um fenômeno cultural e social. Contudo, não considero o futebol por si só como o ópio do povo, o futebol não apaga da memória os nossos problemas”.

**João Rodolpho Florês, 46 anos, Pró-reitor Adjunto de Extensão e professor do Departamento de Ciências Sociais.**

“Vejo o futebol como uma alternativa cultural e nunca como o ópio do povo. O ópio do povo seria um vício, teríamos outras situações que poderiam ser consideradas vícios. O futebol é uma atividade esportiva e permite que as pessoas tenham uma interação social bastante profunda, gera alegria e ao mesmo tempo é competição. Desde o final o século XIX, quando foi implantado no Brasil o futebol acabou sendo uma alternativa cultural como também é o carnaval, ele não é alienante, alienante eu diria que é a mídia que hoje se vale do futebol. O que a mídia tem feito, não toda, mas uma parte da mídia, toda essa cobertura de mostrar o futebol como se fosse uma coisa fantástica, isso sim eu chamaria de alienante, porque o que está sendo mostrado não é o que vemos no dia-a-dia, aliás, a qualidade do futebol na atual copa do mundo é muito inferior a outros que a gente já viu”.



**Eduardo Guilherme Castro, 64 anos, professor do Departamento de Psicologia**

“Eu não diria que é ópio do povo. Acredito que as formas de organizar a vida que a nossa cultura tem desenvolvido estão baseadas em uma relação das coisas, em uma relação forçada. Nesse sentido, toda a organização do planeta neste momento está orientada a situações de conflito, de luta, que tem a sua origem, na minha opinião, nas antigas concepções religiosas e isso chegou até os dias de

hoje. Antigamente se lutava contra o pecado, contra o diabo, agora se luta contra o mercado, a luta é de classes, luta pela sobrevivência. Nesse mundo em conflito permanente, não porque existam razões para um conflito permanente, mas porque mentalmente, culturalmente, nos fizeram acreditar que as relações são sempre bipolares e nessa concepção se procuram saídas. O sujeito está sempre comprimido, sempre sob pressão, em qualquer sistema ou regime. Por isso que eu não diria que o futebol é o ópio do povo, pois as eleições, os eventos esportivos, o carnaval, as comemorações grupais são todas formas de saída. São manifestações de uma forma que eu acho maluca de entender a vida, mas todo mundo entende assim porque foi educado e formado assim. Não pensamos que o problema é de como processamos em nossa cabeça. Acreditamos que a realidade seja assim, mas ela não é. A nossa cabeça que a faz desse modo”.